



## A ATUAÇÃO DOS BOLSISTAS DO PROGRAMA DE APOIO A INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DO NAIA/UNIFESSPA

Eline Maiara Belém de Mesquita<sup>1</sup>  
Thayná Cristina Dias e Dias<sup>2</sup>  
Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo<sup>3</sup>  
Lúcia Cristina Gomes dos Santos<sup>4</sup>

**Categoria:** Relato de experiência.

**Eixo Temático/Área de Conhecimento:** Inclusão na Educação Superior

**RESUMO:** A presente pesquisa visa identificar a atuação de bolsistas apoiadores na Universidade do Sul e Sudeste do Pará, através do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (NAIA). A criação deste núcleo se atribui ao programa INCLUIR (2013), com o intuito de garantir a permanência dos discentes com deficiência, por meio de políticas afirmativas. Dentre essas, tem-se a criação do programa apoiador, no qual o bolsista atuará diretamente com o aluno com deficiência dentro e fora da sala de aula. Dessa maneira, os papéis que o apoiador desempenha na inclusão e permanência dos alunos com deficiência são para todos os níveis de acessibilidade. Logo, foi realizada uma pesquisa estruturada por meio de um formulário pelo *google docs*, com dezessete perguntas de caráter quantitativo e qualitativo, para analisar as experiências obtidas pelos bolsistas apoiadores, obtivemos as respostas de dezesseis bolsistas, sendo que atualmente no núcleo tem vinte e um bolsistas apoiadores. Para o ingresso na bolsa, são lançados editais, no qual não exige muitos critérios, no entanto, encontramos uma diversidade de gêneros, cursos e idade. Portanto, o trabalho aponta situações positivas e negativas que direcionam para uma melhoria do serviço em educação especial do público que a requer.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial. Acessibilidade. Bolsista Apoiador

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura plena em Letras (FAEL/ILLA / Unifesspa). Bolsista Apoiador NAIA/PNAES/PROEX. E-mail: [elinemesquita04@gmail.com](mailto:elinemesquita04@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Licenciatura de Pedagogia (FACED/ICHA/Unifesspa). Bolsista PIBIC. E-mail: [thaynadias55@hotmail.com](mailto:thaynadias55@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Educação Especial/PPGEES/UFSCAR. Professora Titular Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FACED/ICH/Unifesspa). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica da UNIFESSPA. E-mail: [luceliaccr14@gmail.com](mailto:luceliaccr14@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduada no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (FACED/ICHA/UFPa). Coordenadora do Departamento de Atendimento Educacional Especializado NAIA/Unifesspa. E-mail: [luciacris@unifesspa.edu.br](mailto:luciacris@unifesspa.edu.br)

## 1. INTRODUÇÃO

Com o advento do capitalismo, a luta de classes tornou-se mais acirrada, e a educação passou a ser instrumento de dominação de classe e grupos menos favorecidos passam a ser excluídos do sistema de ensino, entre estes, as pessoas com deficiência. Historicamente as pessoas com a condição de deficiência lutam para terem assegurados direitos que naturalmente são concedidas a todos os cidadãos.

As mudanças nesse cenário começam a acontecer em razão de vários fatores, entre os quais, os movimentos sociais, que se fortalecem a partir da década de 80 e, recrudescem nos anos seguintes. Vale destacar que a tomada de posição política desse grupo foi essencial para a conquista de direitos em todos os setores da sociedade. (CARDOZO, 2017). Portanto, o debate sobre políticas que garantam a inclusão das pessoas com a condição de deficiência seja no âmbito escolar ou quaisquer outros setores da sociedade vêm ocorrendo desde o fim do século XIX.

É salutar destacar que o atual contexto educacional, no que diz respeito a política de educação especial, foi se construindo tendo como base importantes documentos internacionais e nacionais. Dentre os que influenciaram significativamente na política de inclusão brasileira estão a Declaração Mundial de Educação para Todos (BRASIL, 1990), a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 1994), Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (BRASIL, 2001) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008).

“[...] O direito de educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora<sup>5</sup> de

---

<sup>5</sup> Atualmente não é mais aceitável o termo “portador” para se referir a pessoa com deficiência. Neste sentido, de acordo com Sasaki (2002) essa nomenclatura não é mais utilizada, porque “a deficiência que elas têm não é como coisas que às vezes portamos e às vezes não portamos (por exemplo, um

deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados” (Brasil, 1994, p. [3])

A Constituição Federal no que diz respeito a educação assegura nos artigos 205, 206 e 208, entre outros pontos que a educação é um “direito de **todos** (grifo nosso) e dever do Estado; igualdade de acesso e permanência na escola; e deve ser ofertado preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Conclui-se, portanto, que todos devem estar matriculados na rede de ensino. Sendo assim, a escola não pode se negar a matricular alunos, sob quaisquer alegações. Dito de outro modo a escola tem que receber a todos, inclusive, os alunos com a condição de deficiência.

Esse conjunto de preceitos legais, busca o fim da exclusão dos alunos com deficiência do sistema educacional.

[...] os atuais marcos normativos e legais rompem com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, alterando as práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, por meio da matrícula dos alunos público alvo da educação especial nas classes comuns de ensino regular e da disponibilização do atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2010, p. 8).

Considerando o contexto educacional o governo brasileiro amplia os investimentos nas instituições federais de ensino superior, buscando com isso estimular e democratizar a expansão nesse nível educacional. No decorrer dos anos a educação superior recebeu investimentos que culminaram na criação de novas universidades, novos cursos e conseqüentemente mais vagas. A democratização e expansão do ensino superior possibilita o processo de acesso e permanência nas IFES, implementado por uma série de leis, portarias, decretos e programas. Nessa conjuntura tem-se a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA. A Unifesspa foi criada

---

documento de identidade, um guarda-chuva).” (SASSAKI, 2002, p. 8) Sendo assim, o termo usual é pessoa com deficiência.

pela Lei nº 12.824 de 2013, e nasce multicampi, com unidades nas cidades de Rondon do Pará, Xinguara, São Félix do Xingu e Santana do Araguaia, estabelecendo sua sede na cidade de Marabá-PA.

A recém-criada universidade tem buscado aprimorar suas políticas afirmativas para os públicos que atende, buscando, ser em uma universidade mais inclusiva. Partindo deste ideal, a resolução Nº 064, de 29 de outubro de 2015, determina que cada curso reserve duas (2) vagas para pessoas com deficiência, para além das já estabelecidas na Lei 12.711/2012, no art. 1º e 3º, que prevê a reservada vagas para o público alvo da educação especial nas universidades públicas brasileiras. Atualmente, a UNIFESSPA oferta cinco (5) vagas para pessoas com deficiência por curso.

Considerando o contexto educacional inclusiva é criado o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), com a finalidade de garantir o acesso das pessoas com a condição de deficiência nas instituições de Ensino Superior – IFES. O referido programa tem por objetivo fomentar a criação e consolidação dos núcleos na IFES. O Decreto Federal Nº 7.611 de 17 novembro de 2011 (BRASIL, 2011, p. 3), prevê o papel dos núcleos de acessibilidade nas IFES tendo como um dos objetivos “[...] eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência”.

Nessa perspectiva, criou-se no ano de 2014, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica – NAIA/ UNIFESSPA, atendendo ao disposto no programa INCLUIR, visando garantir a acessibilidade na educação superior, pleiteando condições de acesso e permanência.

Cabral (2018) analisa que:

**V CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL  
17 a 19 de outubro de 2018 – UNIFESSPA/Marabá-PA  
ISSN 2526-3579**

“as políticas de reconhecimento das diferenças são apresentadas com o objetivo de contribuir com a desconstrução de situações de segregação e/ou estender o campo dos direitos civis e políticos. É nessa dimensão que se situam o que denominamos, atualmente, de ações afirmativas, as quais progressivamente têm adentrado as políticas nacionais, inclusive no âmbito das estratégias para a democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil.”

Considerando a fala do autor podemos afirmar que as políticas públicas de inclusão no âmbito do ensino superior vem contribuir na promoção da inclusão e acessibilidade nas instituições de ensino superior, contribuindo para eliminar as barreiras atitudinais e de acessibilidade.

Atualmente com quatro (4) anos de criação, o núcleo já passou por diversas mudanças, pois obtiveram uma demanda maior de discentes com deficiência para apoiar, dessa maneira, um aumento no número de servidores técnicos para dar apoio e implementar os serviços prestados. Com isso, houve a separação dos serviços, dividindo-os por departamentos, sendo assim, o NAIA conta hoje com seis (6) setores, os quais são: coordenação geral, secretária executiva, AEE, formação, inclusão acadêmica e acessibilidade. Aqui sendo frisando que precisa ser garantidas nas IFES:

“[...] oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.” (BRASIL, 2008, p. 14)

Aqui especificamente dedica-se ao setor de acessibilidade, que trata sobre questões relevantes ao papel do apoiador, como acessibilização de matérias para os discentes com deficiência, áudio descrição de imagens, gráficos, filmes, tabelas, impressão braile, dentre outras. Enfatiza-se que todos os departamentos têm o mesmo objetivo, promover a inclusão e permanência dos discentes com deficiência no ensino superior, seja por meio de formação com os docentes desses alunos, seja

por meio da assistência social ou pela acessibilidade e inclusão acadêmica destes alunos. De acordo com o documento orientador do Programa De Apoiadores A Discentes Com Deficiência Em Ações De Acessibilidade E Inclusão - PADDAAI (2018):

Atualmente, uma das principais ações para o apoio ao ensino dos discentes com deficiência da Unifesspa é o “Programa de Apoiadores a Discentes com Deficiência em Ações de Acessibilidade e Inclusão” que viabiliza um apoio específico demandado por discentes com deficiência, a partir da atuação de bolsistas orientados pela coordenação do NAIA. (PADDAAI, 2018, p. 6)

O programa apoiador de discentes do público alvo da educação especial, teve um aumento de bolsistas, haja vista, que de 2014 a 2018 houve um aumento significativo no acesso ao âmbito acadêmico da UNIFESSPA de pessoas com deficiência, inclusive de negros e indígenas. A partir dos dados obtidos pelos departamentos administrativo e inclusão acadêmica, houve um aumento, tendo atualmente mais de setenta e nove (79) alunos que ingressaram na universidade, dentre estes, oito (8) estão com matrículas trancadas. Dos bolsistas de apoio, atualmente temos vinte e um (21), sendo assim, este trabalho irá analisar a atuação destes discentes apoiadores, a fim de retratar as experiências realizadas no âmbito da bolsa.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

A presente pesquisa visa investigar como vem se desenvolvendo a bolsa de apoiador, seja com o discente com deficiência, ou, docente, colegas de classe. Assim como questões o qual se referem sobre ao curso, gênero e idade do apoiador, com o sentido de compreender a atuação do próprio sujeito, o qual estar sendo analisado (Bogdan e Biklen, 1994).

Ao que concernir que o mesmo autor ressalta que a pesquisa qualitativa, sendo uma delas que trata o presente artigo tem o papel de:

“(...) agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural.” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 16).

A pesquisa que se anuncia está inserida no âmbito das ciências humanas e sociais, unindo pesquisas qualiquantitativa. Denzin & Lincoln (2006, p. 23) esclarecem que:

[...] os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. Já os estudos quantitativos enfatizam o ato de medir e de analisar as relações causais entre variáveis, e não processos.

Desse modo, a pesquisa foi realizada com os bolsistas apoiadores na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, que dispõe de 21 bolsistas apoiadores, no entanto, devido ao período de recesso, apenas 16 responderam à pesquisa. Para isso, foi realizado, inicialmente um formulário pelo *google docs*, produzindo dados qualitativos e quantitativos (Bogdan e Biklen, 1994). Dispondo de 17 perguntas, dentre elas 8 quantitativas e 9 de caráter qualitativo com a finalidade de analisar as experiências dos apoiadores tanto em sala de aula como na parte de acessibilização de matérias dentro da sala do NAIA.

Considerando os dados adquiridos no instrumento utilizado para obter os dados, foi possível obter resultados sobre o período de ingresso a bolsa, cursos, pontos positivos e negativos como apoiador, experiências exitosas ou desagradáveis e as interfaces do “ser apoiador”.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O NAIA/UNIFESSPA tem o papel de contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência que ingressam no ensino superior, definido como proposito:

“(...) assessorar o ensino e a formação dos alunos com deficiência, de modo articulada com as Pró-Reitorias da Unifesspa, ofertando o Atendimento Educacional Especializado e acessibilização aos alunos com deficiência da Unifesspa, apoiando sua inclusão acadêmica; promover espaços de formação continuada, desenvolvimento de tecnologias assistivas e produção de material pedagógico adaptado para alunos da Unifesspa.” (PADDAAI, 2018, p. 5)

Para isso, conta com a atuação dos bolsistas apoiadores que tem por função auxiliar discentes com deficiência dentro e fora da sala de aula, com áudiodescrição, escriba, leitor, guia e acessibilização de materiais para leitores de tela ou fonte ampliada. A seleção dos bolsistas que atuarão como apoiadores do núcleo de acessibilidade e inclusão acadêmica não utilizam critérios de gênero, curso ou idade, por isso, os bolsistas que atuam ou atuaram no NAIA 68,8% são do gênero feminino, enquanto que 31,3% são do gênero masculino.

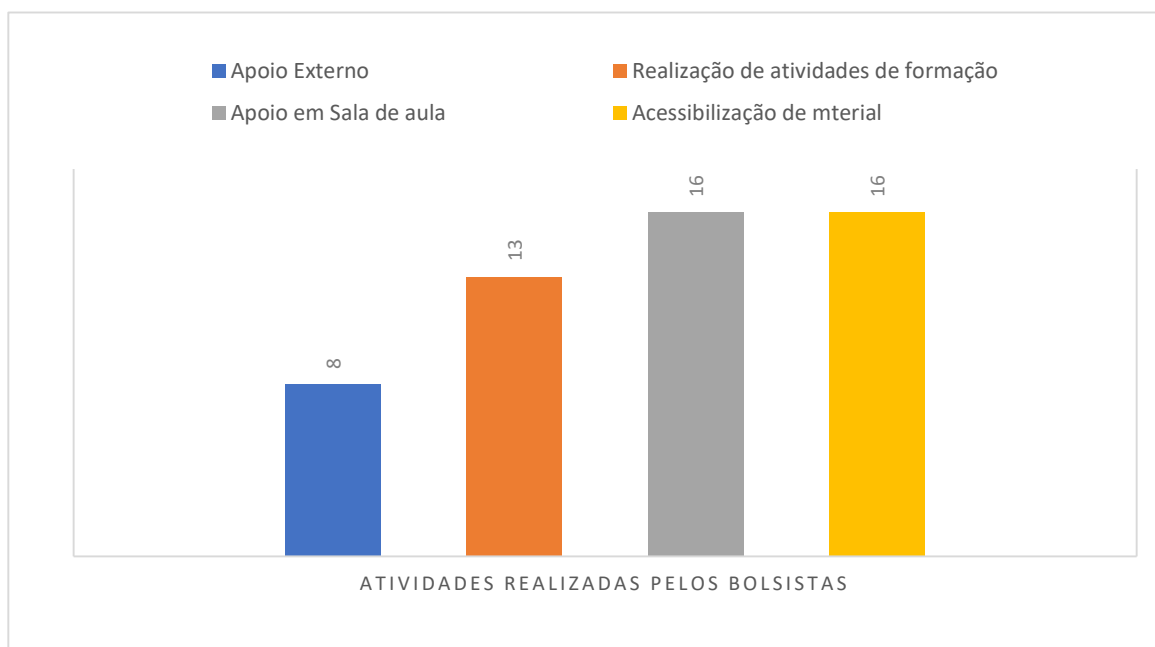
Em relação aos cursos, tais editais são abertos a todos os curso, ou seja, não se limita as licenciaturas ou a cursos específicos, o NAIA, na verdade, abrange todos os cursos da UNIFESSPA, com apenas um critério, os discentes devem ter um período de (4) quatro horas de disponibilidade, cumprindo uma carga horária de (20) vinte horas semanais. Portanto, no núcleo, temos um número maior de bolsistas de licenciatura, contudo, isso não anula a entrada de bacharéis na bolsa, pois o universo da inclusão é amplo e abrange todas as áreas. Logo, dos cursos, (4) quatro são bacharelados e (9) nove são licenciaturas.

A UNIFESSPA cumpre a política de cotas disponibilizando de 4 a 5 vagas em cada curso para pessoas com deficiência, com isso, este público ganhou uma quantidade significativa na universidade e conseqüentemente aumentaram as demandas do NAIA/UNIFESSPA. Neste sentido, tiveram que abrir mais editais de



bolsa apoiador, sendo assim, os bolsistas apresentam períodos de ingresso diferentes, entretanto, não interfere na sua atuação, pois as formações acontecem no decorrer de suas atuações. Partindo disso, percebemos que existem bolsistas, o qual ingressaram no ano de 2016, mas também, bolsistas que ingressaram no ano de 2018. Para melhor exemplificar, segue a baixo um gráfico e que mostra o ano de ingresso e as práticas desenvolvidas no Núcleo por cada bolsista.

**Representação gráfica das atividades realizadas pelos Bolsistas do Programa Apoiador do NAIA/UNIFESSPA em 2018.**



**Fonte:** Gráfico elaborado pelos autores.

No gráfico acima, percebemos que no NAIA duas atividades são de suma importância, a primeira é a acessibilização de materiais (representada pela cor amarela), no qual os materiais são adaptados para leitores de tela, fontes ampliadas, materiais tridimensionais e etc., seguindo de acordo com a necessidade demandada pelas pessoas com deficiência. E a segunda é o apoio a pessoas com deficiência em sala de aula (representado pela cor cinza), que proporciona ao aluno a inclusão na sala de aula.

Partindo desse pressuposto, analisaremos os relatos dos discentes, para fins éticos, neste trabalho preservaremos a identidade dos colaboradores, sendo assim, utilizaremos de nomes fictícios para representar os bolsistas apoiadores. Dessarte, perguntamos aos bolsistas quais os pontos positivos e negativos do programa apoiador oferecida pelo NAIA/UNIFESSPA:

**Pontos positivos:** auxílio à permanência e aprendizado do discentes na Universidade, possibilidade de acesso ao conteúdo de acordo com as especificações de cada discentes, ou seja, material adaptado; esclarecimentos sobre seus direitos e deveres, empoderamento dos alunos com deficiência, estimulação da autonomia.

**Pontos negativos,** em alguns momentos devido o número reduzido de apoiadores em detrimento aos apoiados, acaba por causar sobrecargas de trabalho. (Bolsista Luane, 2018)

**Pontos positivos:** Aprender mesmo que seja em uma aula outros matérias de diferentes cursos. Ajudar amenizar as barreiras mesmo que mínimas para formação do discente.

**Ponto negativo:** Bom, acho que um ponto que se pode dizer que é negativo, que a bolsa é muito puxada em certos períodos do ano. (Bolsista Gabrielle, 2018)

A partir das respostas, observa-se que os bolsistas colocam como ponto positivo a troca de vivências em prol da aprendizagem na área da educação especial e o auxílio prestado pelo núcleo, que garante a permanência e dos discentes com deficiência na universidade. Dos pontos negativos, a falta de comunicação entre os bolsistas e os discentes apoiados e entre os próprios bolsistas são as maiores reclamações. Essas práticas interferem no funcionamento do núcleo, pois se um discente não avisa que não terá aula o bolsista que foi disponibilizado deixa de fazer uma atividade interna e como consequência disso, não agilizaria o serviço de acessibilidade.

Ainda na análise da atuação dos apoiadores, uma das atividades mais realizadas é o acompanhamento em sala de aula, descrita por alguns bolsistas em nosso questionário. Perguntamos como é a relação com os docentes, com a turma e com os discentes com deficiência:

Sempre tive uma boa relação com os docentes, quanto com a turma, dentre tantos acompanhamentos já realizados em relação a isso há uma parceria e isso vi em um acompanhamento ao discente de economia no qual a docente já levou um gráfico acessibilizado facilitando assim a descrição que tive que fazer ao discente[...] (Bolsista Vanessa, 2018)  
Todas as minhas experiências foram benéficas, porém só o que percebi como ponto negativo é que os professores e alunos as vezes ignoram o aluno com deficiência presente em sala (Bolsista Vitor, 2018)

Percebemos com as respostas que nem sempre os discentes apoiadores são bem recebidos na sala de aula é preciso que haja formações que mostrem a comunidade acadêmica a verdadeira função do bolsista na sala de aula. Partindo deste pressuposto, temos que evidenciar a função do docente no processo de inclusão do aluno com deficiência na sala de aula, garantindo o direito deste discente ao ensino de qualidade e acima de tudo o respeito. Vale ressaltar que, os discentes com deficiência não contam apenas com serviços pedagógicos, mas também com serviços assistenciais, para que possa efetivar as políticas afirmativas dentro da universidade e assegurar a inclusão dentro da instituição.

Contudo, na parte pedagógica, o NAIA informa aos institutos, faculdades e docentes que precisam levar para o NAIA o material para ser adaptado ao aluno com deficiência com no mínimo 40 dias de antecedência, entretanto, ainda se tem uma forte rejeição por parte desses setores.

No que concerne à influência que as experiências obtidas no NAIA levarão aos bolsistas apoiadores, perguntamos qual a os impactos que a bolsa apoiador traz para a sua formação social e acadêmica:

O impacto causado é de grande valia, isso nas duas áreas. Na vida social, enxergo todos os meios acessíveis por onde ando, se os carros estão estacionados na vaga destinada às pessoas com deficiência, de não sentar nas cadeiras também destinadas a elas, enfim, gerou um impacto muito grande porque um dia serei professor e quando me deparar com um aluno que faz parte desse público, saberei um pouco do

caminho a seguir. Por sua vez, na vida acadêmica, o impacto fez eu modificar os olhos para os slides e tento até modificar os olhos dos meus colegas de curso, colocando em alguns slides um fundo preto e letras brancas porque seria o mais próximo para um aluno com baixa visão. Eu também sou um dos coordenadores do CA (Centro Acadêmico) do meu curso, o que isso tem de importância? Muita coisa. Certa vez, teve uma eleição para coordenador do curso e fiz a comissão eleitoral colocar um parágrafo no que se refere a disponibilizar um computador para discentes com deficiência visual com os programas de computadores NVDA e DosVox, além de sugerir na reformulação do PPCL (Projeto Político do Curso de Letras) o olhar para as Noções de Braille para a disciplina optativa Alfabetização e Letramento. (Bolsista Cristiano, 2018)

Nota-se que o NAIA é de suma importância para a diminuição de barreiras que impedem a inclusão na Unifesspa. Sendo assim, uma barreira enfrentada e vencida pelo núcleo na vida do apoiador é a atitudinal, pois a partir das experiências adquiridas no núcleo, seu olhar social vai ser capaz de efetivar o direito de uma pessoa com deficiência. Seja na universidade ou fora dela as atitudes das pessoas sem deficiência são cruciais para uma sociedade inclusiva.

Outra questão que deve-se enfatizar é o fato de os bolsistas entrarem no NAIA, sem uma formação na área da educação especial e devido a grande demanda e a emergência para a inclusão das pessoas com deficiência na universidade, a noção sobre como atuar com as pessoas com deficiência acontece de duas formas, a primeira por meio de uma conversa explicativa informando qual o papel do bolsista apoiador, noções básicas de como guiar uma pessoa com deficiência visual e como acessibilizar materiais didáticos. A segunda forma de aprender a atuar com pessoas com deficiência é a partir das experiências adquiridas com o próprio discente apoiado, prática na adaptação de materiais didáticos e em leituras sobre a área durante o horário da bolsa. Portanto, as atividades desempenhadas por bolsistas apoiadores do NAIA/UNIFESSPA, são importantes tanto para garantir uma educação adequada aos discentes com deficiência, diminuindo barreiras arquitetônicas, atitudinais, etc. quanto para gerar um crescimento social e

profissional, seja qual for o curso e assim contribuir na formação de uma sociedade menos excludente.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, nota-se que uma das barreiras sofridas pelos bolsistas é a falta entendimento por partes dos docentes sobre o programa apoiador e seu papel dentro de sala, como também sobre o processo de inclusão, a qual o aluno com deficiência tem direito. No entanto, isso não interfere significativamente na efetivação do serviço do Apoiador, pelo contrário, acaba por influenciar na formação profissional deste bolsista, levando em consideração as experiências adquiridas nas formações exercidas pelo NAIA/UNIFESSPA, pelas práticas em sala de aula com discente com deficiência ou pelo manuseio de tecnologias assistivas para a acessibilização de materiais e adaptações de acordo com a demanda de cada discente.

Contudo, nas vivências com os discentes público alvo da educação especial, na maioria das respostas obtidas, percebemos que houve uma transformação na vida dos bolsistas, no que relaciona ao olhar sensibilizado para o próximo, inclusive pessoas que apresentam dificuldades sensoriais, físicas ou psíquicas e que esse olhar vai influir na sua vida profissional, ou seja, o NAIA não faz um trabalho pensando apenas no presente, pensa-se no futuro, mas não apenas do apoiado, mas também do apoiador e nas suas atitudes profissionais futuras, pois o discente que entra no NAIA como apoiador não sai da mesma maneira, com o mesmo pensamento, sai querendo sempre ser ou fazer o melhor, pensando nas especificidades de cada pessoa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação/ SECADI. **Programa Incluir**, de 26 de Abril de 2013. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=557&Itemid=303m>>. Acesso em 27 jul. 2018.

BOGDAN, Robert. BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994. <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.146, de 06 de junho de 2015**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em 25 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação / SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Portaria nº 948/2007. Brasília, DF: MEC, 2008.

CABRAL, L. S. A. Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 2018, v. 26, n.57. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3364>.

DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvonna. S. Introdução a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y. S. et all. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006, p. 15-41.

NAIA. Programa De Apoiadores A Discentes Com Deficiência Em Ações De Acessibilidade e Inclusão - PADDAAI, Marabá, 2018.

(2) A primeira versão deste artigo foi publicada na Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, ano V, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9; e também no livro Mídia e Deficiência, de Veet Vivarta (org.), Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165.